

Comissão Pró-Índio de São Paulo

A Destruição na Amazônia Maranhense

INSTITUTO	SOCIOAMBIENTAL
data	28/10/98
cod	PKD 00082

Índios Urubu-Kaapor, Tembê e Timbira estiveram em Belém no último dia 15 de janeiro para protestar contra as constantes invasões de suas terras por madeireiros e posseiros. Os índios visitaram a Casa do Índio, a sede da FUNAI, e também fizeram uma manifestação na Assembléia Legislativa do estado do Pará (O Liberal, 16.01.91). Esta não foi a primeira vez que os índios estiveram em Belém protestando por esse mesmo motivo (Diário do Pará, 17.05.89). Numa oportunidade, porém, os índios denunciaram ameaças de morte a eles dirigidas por parte daqueles que invadem e exploram suas terras. As invasões sempre foram uma constante naquelas áreas, mas sua intensificação é um fato recente.

A área em questão, conhecida com Prê-Amazônia, teve sua proteção inicialmente planejada com a criação da extinta Reserva Florestal do Gurupi (decreto nº 51026, de 21.07.61, assinado pelo então presidente Jânio Quadros). Os 1.664.000 hectares projetados para a Reserva Florestal do Gurupi seguiram a tradição de várias outras unidades de conservação no Brasil e nunca foram, de fato, preservados. Hoje toda essa área está dentro da região de influência do Projeto Grande Carajás.

A região é habitada por nada menos que 5 diferentes sociedades indígenas (Urubu-Kaapor, Guajã,

Comissão Pró-Índio de São Paulo 2

Tembé, Guajajara e Timbira). Em 1982 foi criada pelo então presidente João Figueiredo (Decreto nº 88.002) a Reserva Indígena Alto Turiaçu, contendo um total de 530.524 hectares de florestas e habitada por aproximadamente 850 índios. Nesse mesmo ano foi criada a Reserva Indígena Caru (Decreto nº 87.843), com uma área de 175.000 hectares e cerca de 150 índios.

Em 1985 foi proposta a criação de uma terceira reserva indígena (Reserva Indígena Awá), estabelecendo uma ligação entre as duas primeiras reservas e também proporcionando uma continuidade física natural entre as duas regiões. A área da Reserva Indígena Awá protegeria um grande número de índios Guajá (um dos últimos grupos de caçadores-coletores do planeta) num total de 563.000 hectares. Tal proposta não foi jamais implementada pelo governo federal, que respondeu timidamente com a criação da Área Indígena Awá, ainda nem sequer demarcada, com apenas 65.000 hectares. Finalmente, em 1988, o então presidente José Sarney criou a Reserva Biológica do Gurupi (Decreto nº 95614), de 341.650 hectares e administrada pelo IBDF (atual IBAMA).

As quatro áreas totalizam 1.194.674 hectares sendo, portanto, cerca de 500.000 hectares menor que a área da antiga Reserva Florestal do Gurupi acima citada. Na verdade, as áreas preservadas da floresta pré-amazônica maranhense estão sob uma ameaça sem precedentes por uma ampla categoria de invasores que inclui madeireiros, posseiros, criadores de gado e garim

Comissão Pró-Índio de São Paulo 3

peiros. Por exemplo, a Reserva Biológica do Gurupi tem sido (principalmente nos últimos dois anos) intensamente invadida e explorada por madeireiros e fazendeiros (pontos 10 e 11 do MAPA) que tem acesso à área através de um sistema viário ilegal (que inclui até mesmo várias pontes sobre o Rio Gurupi), na divisa entre o Pará e o Maranhão, sem nenhum tipo de fiscalização ou vigilância.

Comenta-se que o governador eleito do Maranhão, Edson Lobão, é um dos grandes fazendeiros da área. Existe também alguma evidência de que a A.I. Awá não foi ainda transformada em reserva devido à pressão exercida por conhecidos e/ou familiares do ex-presidente José Sarney. A A.I. Awá tem sido um alvo frequente de invasões de posseiros, embora seja difícil determinar seu número (pontos 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do MAPA). No entanto, um problema mais grave de invasão ocorre na R.I. Caru, com uma única fazenda de gado bem no coração da reserva (ponto 12 do MAPA). A fazenda, pertencente aos irmãos Galletti, pode ser claramente visualizada numa foto produzida por satélite. No mais, existem constantes invasões esporádicas de caçadores ao longo de todo o perímetro da reserva, principalmente no limite acompanhado pela Estrada de Ferro Carajás.

A R.I. Alto Turiaçu sofreu, em 1989, a ameaça de invasão por garimpeiros no seu extremo noroeste (veja MAPA, no ponto 1). Existem atualmente pelo

Comissão Pró-Índio de São Paulo

4

menos 1.160 posseiros assentados desde julho de 1990 ao sul e sudoeste desta reserva (principalmente na região compreendida entre o Igarapé Jararaca e o Alto Rio Turiaçu, pontos 3 e 4 do MAPA). Os invasores chegam à reserva principalmente por uma estrada de madeireiros aberta entre as cidades de Paragominas (PA) e Zé Doca (MA). Além das invasões, que são de amplo conhecimento das autoridades, inclusive FUNAI e Polícia Federal, existe extração ilegal de madeira no sudoeste da reserva, próxima à área onde vivem os índios Timbira (ponto 2 no MAPA). O empresário Nicodemos Marcos Martins, de Imperatriz (MA), tem loteado e vendido lotes ilegais no sul da reserva. Esta estrutura de crime organizado conta com um cartório fictício (falsificação de carimbos e etc.) em São Luis que produz títulos de propriedade fraudulentos. Já existe inclusive um processo judicial em andamento contra o sr. Martins na comarca de Imperatriz referente a esta falcatrua. Por sua vez, a ação da Polícia Federal tem se limitado à apreensão de armas, equipamentos, implementos agrícolas e veículos para, logo depois, devolvê-los a seus donos. Cogita-se que a inocuidade da ação da P.F. é devida à ingerência de políticos do cenário local a até mesmo nacional.

Num número recente, a revista americana Science (1990, volume 248) publicou o resumo das conclusões de uma reunião de especialistas internacionais realizada em Manaus em 1990. Estes especialistas - zo

Comissão Pró-Índio de São Paulo 5

ólogos, botânicos, ecólogos e etc. - estabeleceram quais as áreas do ecossistema amazônico que se destacam por sua alta biodiversidade (alto número de espécies da flora e da fauna por unidade de área) e pela ameaça a que estão expostas. A região das R.I. Alto Turiaçu, A.I. Awá, R.I. Caru e R.B. Gurupi está destacada dentre as que são de alta prioridade para conservação. Acrescenta-se, então, à esta diversidade biológica a riqueza cultural local evidenciada pelas sociedades indígenas Guajá, Urubu-Kaapor, Tembê, Timbira e Guajajara.

Embora as invasões e ameaças que pairam sobre estas reservas sejam altamente organizadas e predatórias, são relativamente recentes. São também, até certo ponto, contornáveis dependendo, porém, de medidas enérgicas e imediatas tomadas pelo Governo Federal a fim de cumprir a lei e proteger a integridade física das pessoas envolvidas neste conflito, além de preservar o patrimônio étnico e biológico da pré-amazônia maranhense.

São Paulo, 22 de janeiro de 1991

